



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 15 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2016.**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 6/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 6/2016; -----
2. Proc. 08/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Rua de Santo António, n.º 15 em Pedrógão de São Pedro; -----
3. Proc. 09/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Rua de Santo António, n.º 17 em Pedrógão de São Pedro; -----
4. Parecer Prévio para Prestação de Serviços – “Elaboração de Projeto da Requalificação Urbana de Penamacor”; -----
5. Aprovação da minuta de protocolo entre a Agência Local da Juventude das Beiras e Serra da Estrela, Crl e o Município de Penamacor; -----
6. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 20 de julho do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado convidou os colegas do executivo a visitar a festa que está a decorrer em Pedrógão de São Pedro. -----
Relembrou a necessidade de uma eficaz recolha do lixo durante o fim-de-semana festivo na localidade de Pedrógão de São Pedro. -----

O Sr. Vereador Vítor Gabriel lamentou não estar presente na feira “Feira Terras do Lince”, mostrando interesse pela forma como o evento decorreu. -----

O Sr. Presidente António Soares agradeceu o convite do senhor vereador Pedro Folgado, fazendo votos para que a festa decorra da melhor forma. -----
Reportando-se à recolha do lixo disse que o problema foi analisado e tratado, considerando, no entanto, que o civismo da população em muito contribui para que tudo decorra da melhor forma. -----
Informou que o balanço efetuado à feira foi bastante positivo. Houve muita afluência de visitantes e divulgação dos produtos regionais. Salientou que este evento proporcionou nestes três anos uma promoção do património, potenciando a requalificação e recuperação do mesmo. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 6/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 6/2016. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 3 de agosto de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – PROC. 08/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA DE SANTO ANTÓNIO, N.º 15 EM PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º .175/DO-OP, de 19 de julho de 2016. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Limpeza dos detritos existentes no exterior, zona do balcão; -----

Vedação do vão existente no alçado posterior; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável “...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas”. -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PROC. 09/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA DE SANTO ANTÓNIO, N.º 17 EM PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º .176/DO-OP, de 19 de julho de 2016. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Limpeza dos detritos existentes no exterior, zona do balcão; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável “...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas”. -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – “ELABORAÇÃO DE PROJETO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA DE PENAMACOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o nº 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite a três prestadores de serviço, nomeadamente PROJITAPE – Projeto de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda., MTD, Engenharia, Lda. e Páginas da Memória – Unipessoal, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 30 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, para prestar serviços de Elaboração de Projeto da Requalificação Urbana de Penamacor. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultadoria técnica para Elaboração de Projeto da Requalificação Urbana de Penamacor pelo prazo de 30 dias. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

- a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----
- b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----
- c) Inexistência de impedimento à celebração do contrato; -----
- d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração de Projeto da Requalificação Urbana de Penamacor na modalidade de consultoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: ---

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 52 890,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

c) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

d) Os prestadores de serviço têm regularizada a situação fiscal e a situação contributiva; -----

e) Os prestadores de serviço não têm qualquer impedimento à celebração do contrato. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE A AGÊNCIA LOCAL DA JUVENTUDE DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, CRL E O MUNICÍPIO DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião de câmara minuta de protocolo entre a Agência Local da Juventude das Beiras e Serra da Estrela, Crl e o Município de Penamacor, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

A minuta do contrato de parceria foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -

6 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 7.097.742,09 euro e uma despesa também acumulada de 4.713.759,71 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e quinze minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares